

RECURSO ESPECIAL Nº 1.668.687 - MG (2017/0095327-3)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : MARISMAR CIRINO MOTTA E OUTRO(S) - MG052993
RECORRIDO : BANCO DIBENS S/A
ADVOGADO : ADRIANA SERRANO CAVASSANI E OUTRO(S) -
MG134254N

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Estado de Minas Gerais**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquele Estado, assim ementado (fl. 130):

AGRAVO INTERNO. ARTIGO 1.021 DO NCPC. DECISÃO MONOCRÁTICA COM BASE NO ARTIGO 557, CAPUT, DO CPC DE 1973. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPVA. RAZÕES RECURSAIS. ARTIGO 514, II, DO CPC DE 1973. AFRONTA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. MANUTENÇÃO.

Nos termos do artigo 557, caput, do CPC de 1973, lei processual aplicada ao caso, o relator pode negar seguimento a recurso de apelação quando manifesta a inadmissão, como ocorre na hipótese do recurso de apelação interposto pelo Estado de Minas Gerais em afronta ao artigo 514, II, do CPC de 1973.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 514, II, do CPC/73; 173 e 174 do CTN. Sustenta, em resumo, que: (I) "*o recurso de apelação atacou a matéria discutida nos autos - decadência e prescrição -, ao mesmo tempo [...] o Estado também atacou a decisão recorrida, sobre a mesma matéria, seguindo sempre o princípio da dialeticidade [...] Por isso, o recurso tem que ser analisado, pois satisfeitos os requisitos legais*" (fl. 144); e (II) não foram operadas a decadência e a prescrição para a cobrança do crédito tributário.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O Tribunal **a quo** assim justificou o não conhecimento da apelação interposta pelo ora recorrente (fls. 132/133):

[...] a negativa do seguimento do recurso de apelação pautou-se

na afronta da exposição nas razões com o disposto no artigo 514, II, do CPC de 1973.

O MM. Juiz singular, na sentença, reconheceu a prescrição do crédito tributário e extinguiu a execução fiscal na forma dos artigos 269, IV, do CPC de 1973, e 156, V, do CTN. Segundo a fundamentação por ele adotada, o prazo prescricional é deflagrado com o vencimento da obrigação, daí, então, contando dito prazo no caso dos créditos dos anos de 2004 e 2005, evidenciou-se a prescrição.

O apelante, ora agravante, por sua vez, insistiu que não ocorreu a prescrição do crédito tributário, porquanto a CDA não traz menção à data da constituição definitiva deste, mas sim a data da ocorrência do fato gerador. Ponderou que a apelada, ora agravada, confundiu decadência e prescrição. Reforçou seu entendimento de que o início da contagem do prazo prescricional, na cobrança de crédito relativo a IPVA, começou na data da intimação do lançamento, qual seja, 24 de dezembro de 2009, de modo que a prescrição somente teria sido configurada em 24 de dezembro de 2014.

Basta o confronto das razões do recurso de apelação com a exposição adotada na impugnação de f. 53/74, para identificar mera reprodução, quase literal, da discussão acerca da prescrição/decadência, o que era, como é, inadmissível. Permanece a decisão monocrática, portanto.

O Superior Tribunal de Justiça já exarou entendimento no sentido de que "a repetição dos argumentos deduzidos na contestação não impede, por si só, o conhecimento do recurso de apelação, notadamente quando suas razões estão condizentes com a causa de pedir e deixam claro o interesse pela reforma da sentença" (REsp 707.776/MS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 6/11/2008, DJe 1/12/2008).

Nessa mesma linha, confirmam-se ainda:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. RECONHECIMENTO DO DIREITO DE PROMOÇÃO. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. ART. 514, II DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO DISPOSITIVO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Esta Corte possui entendimento assente de que, não obstante a legislação processual exija que a apelação contenha os fundamentos de fato e de direito, a parte não fica impedida de reiterar os fundamentos expendidos na inicial ou em outras peças processuais se estas forem suficientes para demonstrar os

motivos da irresignação do insurgente, bem como do possível desacerto da decisão que se pretende desconstituir/modificar (AgRg no AgRg no REsp. 1.309.851/PR, Rel. Min. MARCO BUZZI, DJe 19.9.2013).

2. No caso dos autos, houve a reprodução, no Recurso de Apelação, das razões lançadas na Contestação, entretanto, estas razões são cabíveis para combater o decisum proferido singularmente. Conforme se extrai da leitura da sentença, o fundamento utilizado pelo Juiz para acolher a pretensão autoral foi de que a promoção dos Servidores poderia ocorrer, pois a disciplina contida na Lei Complementar Estadual Paulista 790/1994 não teria sido atingida pela Emenda Constitucional 19/1998. Nas razões de Apelação, a Fazenda do Estado de São Paulo cuidou de rebater tal fundamento, trazendo, dentre outros argumentos, o de que as disposições constitucionais sobre concurso público inseridas no texto constitucional através da Emenda Constitucional 19/1998, devem prevalecer sobre todas as nomeações para cargos de provimento efetivo ocorridos após sua publicação, devendo ser entendida como não recepcionada toda legislação infraconstitucional preexistente que contrarie esse preceito constitucional.

3. Com efeito, ao contrário da conclusão assumida na Corte a quo, o confronto desses argumentos com o julgado revela que eles mostram-se adequados ao combate dos fundamentos utilizados pelo julgador ao proferir a sentença.

4. Agravo Regimental dos Servidores desprovido.

(AgRg no AREsp 272.809/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/9/2016, DJe 10/10/2016)

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. ART. 514, II, DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. REPRODUÇÃO DOS ARGUMENTOS CONTIDOS NA CONTESTAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. A reprodução na Apelação das razões já deduzidas na contestação não enseja, por si só, a negativa de conhecimento do recurso. Precedentes.

2. Recurso Especial provido.

(REsp 1.606.646/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/9/2016, DJe 7/10/2016)

No caso, conforme se pode extrair do próprio acórdão recorrido, "*o MM. Juiz singular, na sentença, reconheceu a prescrição do crédito tributário e extinguiu a execução fiscal na forma dos artigos 269, IV, do CPC de 1973, e 156, V, do CTN*". Por sua vez, nas razões de apelação, "*o apelante, ora agravante, por sua vez, insistiu que não*

ocorreu a prescrição do crédito tributário, porquanto a CDA não traz menção à data da constituição definitiva deste, mas sim a data da ocorrência do fato gerador [...] Ponderou que a apelada, ora agravada, confundiu decadência e prescrição [...] Reforçou seu entendimento de que o início da contagem do prazo prescricional, na cobrança de crédito relativo a IPVA, começou na data da intimação do lançamento, qual seja, 24 de dezembro de 2009, de modo que a prescrição somente teria sido configurada em 24 de dezembro de 2014".

Da simples confrontação dos trechos antes destacados, verifica-se que a repetição dos termos da contestação, no caso, não constitui óbice ao conhecimento do apelo ordinário, mormente considerando o pedido expresso do apelante pela reforma da sentença, nos termos da jurisprudência firmada neste Tribunal Superior.

Resta, por ora, prejudicado o exame da alegada violação aos arts. 173 e 174 do CTN.

ANTE O EXPOSTO, dou provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos à origem a fim de que se proceda ao exame do mérito da apelação interposta.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator